

## Belo Horizonte cria central de cobrança para recuperar R\$ 4 bilhões

A prefeitura de Belo Horizonte vai instituir uma série de mudanças administrativas e na legislação para recuperar os R\$ 4 bilhões que os contribuintes devem aos cofres públicos. Uma das medidas é a criação da central de cobrança pela Secretaria Municipal de Finanças. A informação é do *Estado de Minas*.

De acordo com o jornal, 200 mil contribuintes – quase 10 % da população – estão com nome inscrito na dívida ativa do município. A prefeitura pretende arrecadar pelo menos R\$ 300 milhões – o suficiente para quitar 75% dos R\$ 400 milhões em precatórios que o município deve, segundo o diário – até o fim do ano.

A Secretaria de Finanças informou que a licitação para a criação da central de cobrança deve ser publicada em duas semanas. No entanto, as mudanças na lei já estão em vigor desde a semana passada, com a adoção de uma política de prêmios e punições a devedores. As alterações foram feitas no Decreto 14.346, que regulamenta a lei sobre créditos tributários, fiscais e de preços públicos. Agora, quem salda a dívida sem atrasos recebe bônus progressivos e pode ter desconto de até 25 prestações.

Já os interessados em renegociar a dívida terão menos facilidades, com a redução do tempo de parcelamento, que inicialmente chega a 180 meses (15 anos). Nos casos extremos, o inadimplente fica obrigado a pagar o valor à vista, informou o jornal.

O valor estipulado de débitos quitados de R\$ 300 milhões supera em R\$ 100 milhões o obtido no ano passado. “Pretendemos aumentar a receita, mas não pode haver uma ação única. De um lado, mudamos a legislação; em contrapartida, vamos criar um suporte operacional, pois a prefeitura tem dificuldade de cobrar seus devedores”, afirmou ao *Estado de Minas* o secretário municipal de Finanças, José Afonso Bicalho.

A central de cobranças será implantada nos moldes de bancos e financeiras. Bicalho explicou que uma empresa terceirizada será contratada para executar o serviço, que inclui a atualização dos endereços dos inadimplentes, a emissão de guias de quitação de dívida ativa, além de um call center para o setor. “Quando você deve a um banco, ele liga, não é? Mas a prefeitura, hoje, não tem como fazer isso”.

O secretário afirmou ainda que 70% da dívida ativa, cerca de R\$ 2,8 bilhões, se refere ao não pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), que recai sobre empresas e profissionais autônomos, e do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). O restante é composto por débitos relativos a multas, taxas, licenças e outros tributos, totalizando R\$ 4 bilhões, o que equivale a 7,3 milhões de salários mínimos (R\$ 545). Com esse dinheiro, seria possível tirar do papel o projeto do metrô, com linhas que ligariam o Barreiro à área hospitalar, no Centro, e a Savassi à Pampulha, segundo o jornal.

### Date Created

04/04/2011